

## Convergência

Gustavo H. B. Franco

No meio político todos dizem que é prematuro definir candidaturas, programas e alianças para 2002. Mas no mercado financeiro a eleição esquentou nesta semana, quando o Tesouro vendeu títulos com vencimento no quarto mês do próximo governo. Consultores e oráculos debruçaram-se sobre diferentes cenários, e o que mais surpreendeu foi a descrença em mudanças radicais na economia no caso de uma vitória da oposição. Esta percepção baseia-se na dificuldade prática, para não falar da inconveniência política, de se reverter, ainda que parcialmente, as principais reformas do período FHC: estabilização, abertura, privatização e responsabilidade fiscal.

Mudou o mercado ou a oposição? Faria sentido para o novo governo de oposição abster-se de desfazer o que combateu durante oito anos?

O mercado acha que sim, e por vários motivos. Para começar, um novo governo dizendo-se *mais* preocupado com “o social” teria imensa dificuldade de mostrar-se leniente com a inflação. O brasileiro conheceu as dores da hiperinflação, sabe que estamos tratando de uma espécie de imposto sobre o pobre e que a estabilização, conforme revela o IBGE, colocou sete milhões de brasileiros acima de linha de pobreza. Seria um enorme contrassenso usar a inflação para financiar políticas de combate à pobreza, pois a própria inflação recria a pobreza que se quer eliminar.

Portanto, é de se duvidar que tenhamos políticas abertamente inflacionistas e que o Banco Central seja radicalmente modificado, ou transformado em um banco de fomento, como sugere o tom raivoso das críticas da oposição à ideia de se conceder mandatos aos dirigentes do BC. Otimista, mas não ingênuo, o mercado parece conceder à oposição o benefício de uma dúvida: as políticas econômicas de um governo de esquerda não precisam estar contaminadas pela irresponsabilidade fiscal. É claro, todavia, que esta é uma proposição ainda à procura de sustentação empírica e que pode ser destroçada facilmente pelos candidatos durante a campanha.

A mesma benevolência pragmática prevalece com relação à abertura, cujo impacto foi semelhante ao da estabilização, ao beneficiar maiorias desorganizadas (consumidores) em detrimento de minorias privilegiadas. Assim foi percebida e acolhida pela população, de tal sorte que uma escalada protecionista com vistas a proteger pesadamente a “indústria nacional” prejudicando o “consumidor nacional” não seria propriamente popular.

No que tange à privatização, o mercado parece adotar o preceito indisputável de que é difícil transformar presunto de volta em porco. Se o novo governo quiser reestatizar alguma empresa uma alternativa seria expropriá-la, o que não se concebe no século em que estamos. Outra seria comprá-la de volta. Mas com que dinheiro? Um governo de esquerda gastaria 3 ou 4 bilhões para

comprar de volta uma companhia de mineração, podendo usar este dinheiro em programas sociais? Que sentido faria recomprar, qualquer que fosse o preço, a rede ferroviária ou os terminais portuários? O novo governador de São Paulo compraria de volta o Banespa por R\$ 7 bilhões?

O fato é que muita gente insuspeita de simpatias à esquerda acredita que a oposição faria uma enorme tolice em reabrir a agenda de reformas de “primeira geração” executada em boa medida pelo Presidente Fernando Henrique. Há muito mais o que fazer e o país precisa avançar em outros temas. Existe um vasto conjunto de reformas de “segunda geração”, cuja natureza é diversificada e essencialmente microeconômica, e que está sendo objeto de atenção tanto em Davos quanto em Porto Alegre. Ao leitor atento não terá escapado que os temas de ambos os convescotes, contrariamente à propaganda, são muito mais complementares que substitutos. O mercado acha que a oposição vai olhar para o futuro, para esses temas, e não para o passado. Mas não tem certeza, e sabe que pode sempre se enganar.